



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

PATRÍCIA PIRES DE SOUZA VASCONCELOS

LEVANTAMENTO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS POSTOS AO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO PELA LITERATURA DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DE
2014 A 2016

BRASÍLIA-DF

2017

PATRÍCIA PIRES DE SOUZA VASCONCELOS

LEVANTAMENTO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS POSTOS AO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO PELA LITERATURA DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DE
2014 A 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília, como requisito parcial
para obtenção de título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Professora Doutora Miriam de
Souza Leão Albuquerque.

BRASÍLIA-DF

2017

PATRÍCIA PIRES DE SOUZA VASCONCELOS

LEVANTAMENTO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS POSTOS AO ESTÁGIO
SUPERVISIONADO PELA LITERATURA DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO DE
2014 A 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília, como requisito parcial
para obtenção de título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Professora Doutora Miriam de
Souza Leão Albuquerque.

Aprovada em ___ de _____ de 201__.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Janaína Lopes do Nascimento Duarte

Membro interno do SER/UnB

SER/UnB

Fadeslaine Faleiros Alcântara de Siqueira

Membro externo: Assistente Social

Hospital Naval de Brasília

ORIENTADORA (SER/UnB):

Profª Drª Miriam de Souza Leão Albuquerque

Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo seu amor incondicional e por seu cuidado para comigo.

Aos meus pais que sempre priorizaram meu ensino e formação profissional e à minha irmã Sabrina, pela ajuda sempre que preciso.

A todos os discentes da Universidade de Brasília que contribuíram para que eu chegasse até aqui, em especial minha orientadora Dr^a Miriam Albuquerque, por toda dedicação, suporte e orientação durante esse processo.

A minha supervisora de estágio Fadeslaine Faleiros, por contribuir de forma significativa no meu desenvolvimento profissional.

Às minhas parceiras de graduação Gleice Kelly e Valdenize Barreto. Obrigada Gleice por todo o apoio e incentivo durante a graduação, e pela sua amizade, que foi construída dentro dessa Universidade e ultrapassou seus muros. Obrigada Valdenize, pelos seus conselhos, incentivos, por ser um exemplo de dedicação e estar sempre disposta a me ajudar.

As colegas de curso que estiveram comigo nesse fim de semestre e que fizeram a diferença no processo de graduação e TCC.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que esse processo ocorresse da melhor maneira.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar os principais desafios que o estágio supervisionado em Serviço Social enfrenta para se efetivar de acordo com as normativas que o direcionam. Para realizar tal pesquisa, foi utilizada a análise bibliográfica de caráter exploratório, onde foram encontradas publicações dentro da literatura do Serviço Social que delinearam os principais desafios. O histórico de mercadorização da educação no Brasil e seus rebatimentos na formação profissional se apresentam como um dos aspectos que motivaram a presente pesquisa. A pesquisa trouxe como principais desafios que interferem na efetivação do estágio supervisionado em consonância com suas normativas, a sobrecarga e a precarização do trabalho; a falta de compreensão das devidas atribuições e responsabilidades dos sujeitos envolvidos no processo de supervisão; desafios que se relacionam à abertura de vagas de estágio e o distanciamento entre instituição de ensino e campos de estágio. Os desafios encontrados confirmam a hipótese de que a expansão dos cursos de Serviço Social e a precarização do ensino superior e do trabalho são fatores que influenciam negativamente no desenvolvimento do estágio supervisionado e consequentemente prejudica a formação profissional. Os Fóruns de Supervisão de Estágio e o Projeto ABEPSS Itinerante, se caracterizam por serem estratégias fundamentais de enfrentamento dos desafios encontrados.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Formação Profissional; Teoria-prática; Supervisão de Estágio.

ABSTRACT

The present study aims to identify the main challenges that the supervised internship in Social Work faces in order to be effective in accordance with the norms that guide it. To carry out such research, we used the bibliographic analysis of an exploratory character, where publications were found within the Social Service literature that outlined the main challenges. The history of the commodification of education in Brazil and its repercussions on professional training are presented as one of the aspects that motivated the present research. The research brought as main challenges that interfere in the effectiveness of the supervised internship in accordance with its norms, the overload and precarization of the work; the lack of understanding of the due attributions and responsibilities of the subjects involved in the supervision process; challenges related to the opening of internships and the distance between the teaching institution and internships. The challenges found confirm the hypothesis that the expansion of Social Work courses and the precariousness of higher education and work are factors that negatively influence the development of the supervised stage and consequently impairs the professional formation. The Trafficking Supervision Forums and the Itinerant ABEPSS Project are characterized as fundamental strategies for meeting the challenges encountered.

Keywords: Supervised Internship; Professional qualification; Theory-practice; Supervision of Internship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

DC- Diretrizes Curriculares

EAD- Ensino a Distância

ENESSO- Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FIES- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IES- Intuições de Ensino Superior

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MARE- Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado

PNE- Política Nacional de Estágio

ProUni- Programa Universidade para Todos

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Matrículas e Concluintes em cursos de Serviço Social presencial e EAD no Brasil.	23
---	----

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROCESSO DE MERCADORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	15
1.1- O Trabalho como Categoria Central ao Ser Humano	15
1.2 – Mercadorização da Educação Superior no Brasil.....	17
CAPÍTULO 2- ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E SUA CENTRALIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	24
2.1- Definição de Estágio no Brasil	24
2.2 - O Estágio Supervisionado em Serviço Social	26
2.2.1- O Estágio Supervisionado como Central na Formação Profissional.....	28
CAPÍTULO 3 – PRINCIPAIS DESAFIOS QUE PERPASSAM O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL	31
3.1 Principais desafios encontrados.....	32
3.2. Estratégias de Enfrentamento	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é uma temática indispensável em se tratando da formação profissional de alunos do Serviço Social. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os principais desafios que o Estágio Supervisionado em Serviço Social enfrenta para se efetivar de acordo com as normativas que o direcionam. E como objetivos específicos:

1. Identificar os principais desafios postos ao estágio supervisionado em serviço social para a sua efetivação.
2. Mostrar o papel do estágio na formação profissional de assistentes sociais.
3. Identificar as principais estratégias para o enfrentamento dos desafios postos ao estágio.

Partimos da hipótese que a precarização do ensino superior e do trabalho são fatores que influenciam negativamente o desenvolvimento do estágio supervisionado em conformidade com suas normativas. O cenário de expansão dos cursos de serviço social, principalmente os privados e os na modalidade a distância, dificulta ainda mais a supervisão adequada do estágio, no campo e na instituição de ensino e, conseqüentemente, prejudica a formação profissional.

A presente pesquisa tem caráter exploratório que, de acordo com Gil (2002), tem uma aproximação maior com o problema da pesquisa e também aprimora as ideias, tendo a análise bibliográfica como característica. Para alcançar o objetivo do presente trabalho, foram analisados 8 artigos em revistas conceituadas do Serviço Social de classificação A1 e B1 de acordo com a Quali/Capes quadriênio 2013-2016. Além disso, foram analisados 3 artigos publicados no 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2016 e 1 artigo publicado em uma coletânea do Serviço Social. Todos no período de 2014-2016.

Portanto, foi realizada uma leitura de diversos artigos com a temática de formação profissional e estágio supervisionado, porém, esses foram os selecionados para a análise com base no problema do trabalho. Com isso, foram extraídos dos textos os principais desafios que o estágio em serviço social enfrenta para posterior análise e debate sobre os mesmos, o que Gil (2002) chama de tomada de

apontamentos. As palavras-chave utilizadas foram: Estágio Supervisionado; Formação Profissional; Teoria-prática; Supervisão de Estágio.

A Conferência Mundial de Educação para Todos foi um importante acontecimento no que se refere à educação nos anos 1990. O Banco Mundial – um dos organizadores do evento – se mostrou favorável à privatização da educação com o argumento da democratização desta, diversificando e flexibilizando-a (DUARTE, 2017a). Nesse sentido, observa-se uma educação que se alinha com os ditames neoliberais, principalmente no que se refere à diminuição da intervenção estatal e o livre comércio que, de acordo com Behring e Boschetti (2009), são argumentos que os neoliberais defendem. O neoliberalismo pode ser compreendido como:

[...] uma versão contemporânea do liberalismo clássico que sempre primou pela privatização dos bens e serviços públicos e pelo individualismo possessivo, cuja melhor expressão ideológica é o empreendedorismo (PEREIRA, 2015, p.462).

No Brasil, portanto, essa proximidade com o neoliberalismo se expressa através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, em 1995. O referido plano coloca o Estado apenas como regulador e não como responsável direto pelo desenvolvimento socioeconômico do país. Ele reduz seu papel de executor de serviços como a saúde e educação, para se tornar o regulador, dando oportunidade de o âmbito privado assumir o papel de prestador e executor de serviços, desresponsabilizando o Estado de suas atribuições. O ensino superior mercadológico é sustentado, de acordo com Pereira (2009), por duas bases ideológicas. A primeira considera a educação como uma ponte de acesso de países periféricos aos países globalizados e a segunda ideologia defende o ensino a distância como meio fundamental de acesso à educação por meio das tecnologias. Tanto Pereira (2009) como Duarte (2016) debatem sobre o processo de mercadorização da educação superior no Brasil e seu processo de desmonte, quando passa a ser considerada – dentro da lógica neoliberal – como um “serviço” não exclusivo do Estado. Nesse contexto, a educação superior se torna chamativa para os investimentos do capital.

O nível superior de ensino, assim, se configurou desde então como um mercado extremamente atraente, visto que a maior parte da população brasileira ainda não tinha acesso ao diploma universitário, configurando-se como um possível público consumidor. (PEREIRA, 2016, p. 35)

Nesse sentido, a educação superior no País torna-se lucrativa para o capital e se faz crescente o número de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. De acordo com Pereira (2016) – que utilizou dados da Sinopse Estatística da Educação Superior, no período de 1995 a 2013 –, no decorrer do governo de Fernando Henrique Cardoso, o total de IES no Brasil era de 894 em 1995; dessas, 684 eram privadas. Já no final de seu mandato, em 2002, de 1.637 IES no país, 1.442 estavam no setor privado. Ou seja, a quantidade de IES privadas elevou-se de forma rápida e acentuada.

O curso de serviço social, portanto, se insere como um dos cursos que mais matricula alunos no âmbito privado no ano de 2013, como explica Pereira (2016) “[...] dos 328 cursos de Serviço Social no Brasil, 80,8% pertencem às IES privadas, considerando que, destes, 75,6% são presenciais e 5,2% na modalidade de EAD” (PEREIRA, 2016, p.43).

Diante desse contexto de expansão de cursos de ensino superior privados e principalmente a expansão de cursos de serviço social nesse âmbito, fica evidente o contexto de mercantilização da educação em que o curso está inserido.

Também ganham destaque os cursos de serviço social na modalidade de ensino a distância que também tem crescido no Brasil e, conseqüentemente, rebatendo na formação profissional.

Esse processo, sobretudo a expansão do ensino a distância, fragiliza a formação, que se torna mais curta, mais superficial, com menos fundamentação crítica e mais sujeita à submissão ao mercado consumidor. Essa condição provoca o avanço e retomada do conservadorismo na profissão, que se expressam de várias maneiras. (BOSCHETTI, 2016, p. 19).

Nesse sentido, faz-se necessário o estudo sobre como se dá a formação profissional de assistentes sociais nesse contexto de educação mercantilizada e em que medida o estágio supervisionado em serviço social tem enfrentado dificuldades de se efetivar de acordo com as normativas de estágio.

No que se refere à formação profissional, importa destacar que, para concluir o curso de serviço social, algumas atividades são necessárias e indispensáveis, como está explícito nas Diretrizes Curriculares – DC da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (ABEPSS, 1996), sendo elas o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso. A nova lógica curricular das DC

(ABEPSS, 1996) estabelece três núcleos que fundamentam a formação profissional, levando-se em consideração a dinâmica social e o trabalho¹, este como central ao ser humano. Nesse sentido, as modificações de regulação social e do mundo do trabalho na lógica capitalista se torna um ponto de partida para se pensar o agir profissional de forma crítica e com embasamento teórico-metodológico. Os três núcleos² congregam os conteúdos necessários para compreender o trabalho do assistente social e se afirmam como articuladores da formação, e se desdobram em áreas do conhecimento. São eles: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira; Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

O Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional envolve a compreensão teórico-metodológica com a realidade dinâmica da sociedade brasileira, no sentido de construir estratégias para o enfrentamento das questões sociais que perpassam o cotidiano profissional. Nesse sentido faz-se necessária a articulação das dimensões³ teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa como requisito fundamental para o agir profissional. E, portanto, a compreensão da instrumentalidade⁴ como todo arcabouço teórico, técnico e instrumental de que o profissional se utiliza na sua atuação. Além disso, espera-se um perfil investigativo e propositivo do profissional de serviço social.

É dentro desse Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional que o estágio se insere, pressupondo que todos esses pontos que envolvem esse núcleo sejam apreendidos na formação profissional e articulados com os outros dois núcleos.

O estágio, portanto, é uma temática indispensável que envolve todo aluno de Serviço Social. Partindo-se da compreensão que:

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do

¹ A discussão sobre trabalho será tratada no Capítulo 1.

² Os três núcleos serão desenvolvidos no Capítulo 2.

³ Essas dimensões serão desenvolvidas no capítulo 2.

⁴ De acordo com Guerra (2000) “a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico” (GUERRA, 2000, p. 1).

movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p.11)

Torna-se importante aprofundar os estudos no que se refere à centralidade do estágio na formação profissional e, nesse sentido, compreender os principais entraves e desafios que o estágio em Serviço Social enfrenta para se tornar eficaz no processo de ensino-aprendizagem do aluno e se consolidar efetivamente de acordo com as normativas que o definem e orientam, como as DC (ABEPSS, 1996) Política Nacional de Estágio – PNE (ABEPSS, 2010) e Resolução nº 533 do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (CFESS, 2008).

Pela emergência do tema apresentado, os estudos, no que se refere à formação profissional, devem ser constantes para se construir estratégias de enfrentamento aos principais desafios que perpassam esse processo.

O estágio supervisionado é para o curso de serviço social, parte constitutiva e indispensável para a formação profissional. Constitui-se como central no processo de construção da capacidade do aluno de desenvolver o perfil profissional crítico que se alinha com o compromisso ético-político da profissão.

A principal motivação para o tema do trabalho se deu a partir da minha inserção na Iniciação Científica desta Universidade, cuja temática pesquisada se referia à supervisão de estágio em Serviço Social. Durante este processo, estava finalizando meu período de estágio supervisionado e pude perceber diversas questões que perpassam o cotidiano de diferentes espaços sócio-ocupacionais durante as disciplinas de estágio supervisionado, o que me fez refletir sobre o processo de formação e me instigou a investigá-lo.

Como principais resultados, foram encontrados desafios no que se refere à sobrecarga e precarização do trabalho, falta de compreensão das devidas atribuições e responsabilidades dos sujeitos envolvidos no processo de estágio supervisionado, abertura de vagas de estágio e no que se refere ao distanciamento entre as instituições de ensino e campo de estágio. Dentro desses desafios, outros entraves se puseram presentes. O Fórum de Supervisão foi considerado uma estratégia fundamental de enfrentamento dos diversos desafios encontrados.

Para atingir o objetivo proposto faz-se necessário contextualizar o histórico da Educação e seu processo de mercantilização no Brasil, que será exposto no Capítulo

1 deste trabalho, e também caracterizar o papel do estágio para a formação profissional em Serviço Social, exposto no Capítulo 2. O terceiro capítulo, portanto, traz o levantamento dos principais desafios que o estágio supervisionado em serviço social enfrenta e potenciais estratégias para o seu enfrentamento.

CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROCESSO DE MERCADORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

1.1- O Trabalho como Categoria Central ao Ser Humano

O trabalho é categoria central da humanização do homem. De acordo com Marx (1996), o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, onde o homem a media por sua própria ação, a fim de utilizar esse trabalho de forma útil para si. O trabalho do homem se diferencia do trabalho animal a partir da prévia imagem do resultado que se pretende alcançar. Nesse sentido, o trabalho tinha um valor de utilidade para o próprio ser social, onde este modificava a natureza através do seu trabalho e utilizava desse objeto para sua própria satisfação.

Por exemplo, ele descobre que pode produzir o fogo, usando certos objetos da natureza, ou, que pode construir instrumentos de trabalho. Em todas estas ações, o produto de sua transformação torna-se um valor que não existe no objeto em si, mas que é produto da atividade humana. (BARROCO, 2008, p.29)

É através do trabalho que o homem desenvolve suas habilidades e meios de sobrevivência a partir da mediação com a natureza e cria novas categorias sociais que substituem as características do ser natural para o ser social.

Por meio do trabalho existe a mediação homem - natureza, devido à capacidade de que, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, o homem transforma a si mesmo. A partir do momento que ele executa uma tarefa por meio do trabalho, ele já não é mais o mesmo, desenvolve potencialidades, novos conhecimentos e habilidades. Neste aspecto, o trabalho é uma forma de o homem produzir os meios para sua sobrevivência e atender duas necessidades básicas (BEZERRA e TEIXEIRA, 2016, p. 2).

Portanto, o trabalho se caracteriza por ser central ao ser humano, como forma de sociabilidade, desenvolvimento de habilidades e forma de sobrevivência.

Todavia, com as transformações societárias e o surgimento do capitalismo, o trabalho toma novos rumos e significados. Após as Revoluções Francesa e Industrial no século XVIII e XIX, no contexto do capitalismo industrial, o homem precisa vender sua força de trabalho para os detentores do capital como meio de subsistência.

O trabalho passa a se regular por um valor de uso e de troca, e se torna alienado ao trabalhador, pois este precisa vender sua força de trabalho para os detentores do capital (Bezerra e Teixeira, 2016).

Nesse sentido, o trabalho passa a ser um mero contrato entre o trabalhador e o detentor do capital para quem ele vende sua força de trabalho. Assim, o trabalho se caracteriza pela relação de compra e venda e se transforma em mercadoria. O trabalho passa de uma atividade livre, consciente e emancipadora para um trabalho alienado, estranho ao trabalhador, em que este não mais se reconhece no trabalho. (Barroco, 2008).

Pereira (2015) nos explica de forma breve e sintética como se dá o trabalho no contexto capitalista:

Em suma, o trabalho do ponto de vista burguês, está diretamente ligado à riqueza. Mas, à riqueza produzida socialmente para ser apropriada privadamente pelos donos dos meios de produção, que são os que também se apossam do total das mercadorias produzidas pelos trabalhadores. Como tais mercadorias contêm trabalho vivo cristalizado, os seus possuidores dispõem de todo o trabalho despendido, que é obtido em troca de um salário abaixo de seu valor real, porque dele é surrupiada uma parcela que vai compor o lucro capitalista. Por outro lado, é o furto dessa parcela que obriga os trabalhadores a viverem no limite da reprodução de sua força de trabalho, sujeitando-se, por isso, a uma exploração permanente, a despeito de serem considerados “livres”, e não mais escravos ou servos, como eram nos modos de produção anteriores (escravista e feudal). (PEREIRA, 2015, p. 458)

A partir dessas modificações, o homem, que antes possuía condições de realizar seu trabalho para satisfazer suas necessidades, se vê desprovido dos meios de produção e só lhe resta vender sua força de trabalho como meio de sobrevivência. Nesse sentido, a força de trabalho se torna mercadoria. Diante dessa conjuntura, o

trabalhador explorado se submete a situações de precariedade como meio de subsistência.

A combinação entre reestruturação produtiva, alterações na relação Estado e sociedade, metamorfoses nas condições e relações de trabalho, bem como a predominância do capital financeiro inaugurou uma nova dinâmica, muito mais destrutiva para o trabalho. (DUARTE, 2017b, p.295)

Nesse sentido, é importante compreender que o Serviço Social está estritamente relacionado a essas transformações societárias, principalmente no que diz respeito ao trabalho. Vale ressaltar que o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho coletivo na sociedade (IAMAMOTO, 1982). A partir disso, é importante destacar que o Serviço Social tem como objeto a questão social, que pode ser definida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2006, pg.16). A questão social é também para Iamamoto (2006) rebeldia, pois ao vivenciarem a desigualdade social, os sujeitos resistem-na. E é nesse meio contraditório entre produção da desigualdade e da resistência dos que a ela resistem que trabalham os assistentes sociais.

Assim como o trabalho se tornou uma relação de troca e venda, num contexto de mundialização do capital, políticas sociais como a educação também se tornam uma mercadoria dentro dessa lógica que visa o lucro.

1.2 – Mercadorização da Educação Superior no Brasil

Diante de todo esse contexto do trabalho, vale ressaltar que a educação superior no Brasil também sofre com os rebatimentos do sistema capitalista. Portanto:

Partimos do pressuposto de que a política de educação superior é parte do projeto de mundialização do capital após 1970, o que imprime determinada perspectiva de educação a fim de atender um conjunto de necessidades e interesses do padrão atual de acumulação. Tais determinações se aliam a interesses da burguesia nacional, articulada à internacional; isto porque a política de educação, em particular a superior, é considerada eixo fundamental do processo de reestruturação capitalista, configurando-se como novo espaço de acumulação. (DUARTE, 2016, pg. 2)

Fica evidente que a educação superior no Brasil sofre um processo de privatização e mercantilização, advindas da mundialização do capital e está interligada com esse contexto, pois: “Na Teoria do Capital Humano, a educação tem a função de qualificar a força de trabalho para ampliar a sua capacidade produtiva [...]” (GOIN, 2008, p.55).

De acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos, e não tem a função de apenas qualificar para o trabalho, mas: “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A educação dentro da lógica capitalista está associada ao processo de exploração do trabalhador que precisa se qualificar para conseguir vender sua força de trabalho. “Nesse sentido, consideramos que o sistema educacional está tensionado pela lógica capitalista de reprodução de privilégios e que o direito à educação é permeado por interesses distintos e contraditórios” (YANNOULAS, 2013, p.15).

De acordo com o CFESS (2011), a educação se apresenta como uma das políticas públicas que mais internaliza os valores hegemônicos na sociedade capitalista, mas com a luta da classe trabalhadora por seus direitos, a educação também se reafirma como emancipadora e formadora de consciência. Portanto, existe uma contradição e disputa de interesses que perpassa a Política Educacional, no sentido de ela atender aos desígnios do capital e ao mesmo tempo de se afirmar como um direito formador de consciência.

Após o período de intervenção militar, o Brasil passou por um processo de democratização em que os direitos e seguridades sociais foram definidos na Constituição Federal de 1988, consequência de luta da sociedade civil. Porém, nesse período, o País sofreu grandes influências neoliberais internacionais, como o Consenso de Washington ocorrido em 1989, que trouxe como principais ações a privatização, as restrições de políticas sociais e a flexibilização das relações de trabalho (BENATTI e MUSTAFA, 2016). O objetivo neoliberal era o crescimento econômico de países ainda em desenvolvimento, como o Brasil. Para tanto, era necessário um ajuste nas políticas internas de cada País (DUARTE, 2017a).

No Brasil, as influências internacionais se materializam através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, implantado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), abrindo precedentes para a desresponsabilização do Estado frente à

política social, incluindo a educação, que a insere como atividade não exclusiva do estado.

Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro do Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado –MARE⁵– nos quatro primeiros anos do governo FHC, explica sobre a reforma:

Reconstrução do Estado que significa: recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da contratação de organizações públicas não-estatais para executar os serviços de educação, saúde e cultura; e reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial. Reforma que significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento (PEREIRA, 1997, p. 17).

O referido texto mostra em que rumo se deram as políticas como saúde e educação e políticas de regulação econômica visando o crescimento econômico. A prioridade do governo se torna o lucro, com vistas a ser considerado um país rico por organismos internacionais e deixando serviços essenciais garantidos por lei à deriva, para que o âmbito privado tome para si a execução de serviços sociais, assim desafogando o Estado de suas funções. Nesse sentido, os investimentos em educação, saúde e outros serviços não são priorizados, o que acarreta na precarização e privatização destes. Ou seja:

A exigência na esfera da produção é reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade para enfrentar a tendência de queda da taxa média de lucro, intensificada pelo crescimento do capital constante na composição orgânica do capital (CEOLIN e SILVA, 2013, pg.158).

Portanto, a política educacional está inserida nesse contexto de reestruturação do Estado, sendo a educação superior um atrativo de investimentos privados para formar profissionais para o mercado de trabalho. Em 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996) –, que

⁵ O MARE foi extinto após esse período por indicação do próprio ministro, passando a gestão para o Ministério do Planejamento e Gestão. Fonte: (<http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>)

[...] possibilita vicissitudes neste contexto brasileiro, ampliando as possibilidades de oferta de educação privada, garantindo, em especial, a destinação de recursos públicos a entidades filantrópicas, confessionais e comunitárias (BENATTI e MUSTAFA, 2016, p.147).

De acordo com Duarte (2017a), a LDB foi elaborada a partir dos interesses do governo e dos interesses dos defensores da educação pública. Estes almejavam ser contemplados pela LDB com conteúdos que reafirmassem o caráter da educação de direito de todos e dever do Estado. O governo, por sua vez, reprovou essa proposta, pois não era compatível com as reformas de cunho neoliberal que o Brasil vinha sofrendo.

Portanto:

[...] o governo conseguiu aprovar uma LDB com a cara da adesão neoliberal, garantindo o privilégio do setor privado, em detrimento do investimento estatal na educação e alterações consistentes na direção do atendimento das necessidades do mercado em tempos de reestruturação capitalista (DUARTE, 2017a, p.93).

Um exemplo do caráter neoliberal da LDB é o Art. 80 da referida Lei, que incentiva a propagação do ensino a distância: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (Brasil, 1996).

Verifica-se que, durante o governo de FHC, diante de todo esse contexto de reformas neoliberais, as instituições e matrículas no âmbito privado crescem de forma exponencial. Vejamos:

A expansão do número de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas no período de 1995-2001 foi da ordem de 76,6%, contra uma retração do número de IES pública da ordem de -12,8%. Enquanto que o número de matrículas na modalidade presencial, no mesmo período, cresceu 34,1% nas IES públicas e 97,4% nas IES privadas” (CEOLIN e SILVA, 2016, p.165).

As ações iniciadas no governo FHC foram seguidas pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, Lula, que aprofundou projetos iniciados no governo de FHC e

trouxe atualizações para a educação superior no Brasil ainda no sentido neoliberal. A partir de Duarte (2017a), percebe-se que o governo de Lula teve dois principais eixos com relação à educação, sendo eles: a parceria público-privada e o estímulo ao ensino a distancia (EAD) com a justificativa de democratizar o acesso ao ensino em diversas dimensões da educação.

Um dos programas instituídos no governo FHC e ampliado por Lula foi o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES), que funciona resumidamente “como forma de conceder empréstimo para pagamento de mensalidade e manutenção do estudante supostamente carente matriculado em instituições privadas de ensino superior” (DUARTE, 2017a, p.143). A ampliação dos agentes financeiros, pagamento com trabalho e valor máximo financiado, são algumas das modificações⁶ que aconteceram no governo Lula “para facilitar a expansão de matrículas no setor privado e para criar regras para integrá-lo ao PROUNI com o efeito de reforçar ambos os programas” (QUEIROZ, 2015, p. 51).

O Programa Universidade para Todos (ProUni) instituído por Lula em 2005 também tinha como justificativa a democratização do acesso à educação.

De acordo com o Art. 1º da Lei 11.096 de 13 de Janeiro de 2005:

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

A articulação do ProUni e FIES é incentivada no sentido de priorizar as instituições que aderirem ao ProUni com a distribuição de recursos para o FIES (BRASIL, 2005). Esses programas alicerçados numa justificativa de ampliação e democratização do acesso acabam por incentivar ainda mais a criação de novas instituições privadas de ensino, pautadas na lógica neoliberal e mercadológica, e torna-se importante indagar que formação os alunos inseridos nesse contexto estão adquirindo.

⁶ Para obter mais informações sobre as modificações que ocorreram no FIES no governo Lula, ver QUEIROZ (2015)

Assim, o ProUni e o FIES se constituem como mecanismos que sustentam: 1) a educação como serviço bastante lucrativo; e 2) a lógica da “educação para pobre”, com qualidade duvidosa (cursos sequenciais, tecnológicos de curta duração e a distância) e sem controle social efetivo (DUARTE, 2017a, p.144).

Vale destacar que o Brasil possui um dos mais aligeirados processos de privatização do ensino superior no mundo (Lewgoy, 2009). O que consequentemente resulta em instituições com pouca qualidade de ensino, pesquisa e extensão, colocando a educação em um patamar mercadológico e não emancipatório.

Alguns números do crescimento de matrículas em instituições privadas e de EAD são observados no período de 2003 a 2009:

O crescimento no número de matrículas nas IES privadas, nesse período, foi da ordem de 36,8%, e nas IES públicas foi de 18,9%. Nos anos dos governos de Lula, há de se destacar o impulso da modalidade EaD na expansão geral das matrículas em cursos de graduação. Houve uma expansão de 333,8% das matrículas na modalidade EaD nas IES públicas e de 6.483,8% nas IES privadas (CEOLIN e SILVA, 2016, p.165).

A partir disso, observa-se que a educação no Brasil tem seguido os organismos internacionais de cunho neoliberal e vem direcionando a educação superior no âmbito privado, aligeirado e de ensino a distância. Nesse sentido, cabe indagar onde o curso de serviço social está inserido nesse contexto de mercadorização da educação.

Um dado importante com base no Censo do Ensino Superior de 2013 é que o Serviço Social é o terceiro curso em que mais se matricula alunos na modalidade do EAD.

Essa expansão atinge diretamente o Serviço Social, que saltou de 70 mil profissionais em 2006 para 135 mil ao final de 2013, sendo a EAD uma das maiores responsáveis por esse crescimento sem qualidade, já amplamente denunciado pelo CFESS, especialmente no documento “Sobre a Incompatibilidade entre Graduação a Distância e Serviço Social” (BOSCHETTI, 2016).

Esse dado é muito preocupante em se tratando da formação que esses profissionais tiveram.

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior de 2016 (INEP/MEC, 2016) são 348 instituições que oferecem o curso de serviço social no Brasil, sendo 59 instituições públicas e 289 instituições privadas. Consequentemente, o número de matrículas em instituições privadas é maior que em instituições públicas (Tabela 1).

Tabela 1- Matrículas e Concluintes em cursos de Serviço Social presencial e EAD no Brasil.

DADOS DE MATRÍCULAS E CONCLUÍNTES NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL		
Instituição	Matrículas	Concluintes
Total	164.691	29.403
Pública	20.111	2.845
Privada	144.580	26.558

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados obtidos na Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP/MEC, 2016).

Na Tabela 1 fica exposto uma visão geral de matriculados e concluintes nos cursos de Serviço Social tanto os presenciais como os de ensino a distância. O que se percebe é que o número tanto de matrículas como de concluintes em instituições privadas supera o de matrículas e concluintes em instituições públicas em grandes proporções. O que já demonstra o quantitativo de instituições privadas que investe na educação com o objetivo lucrativo.

O número de concluintes do curso de Serviço Social presencial em instituições privadas foi de 11.179 de um total de 13.877 (INEP/MEC, 2016), ou seja, aproximadamente 80% de graduados presencialmente em serviço social vieram de instituições privadas.

No Distrito Federal, são 18 instituições que oferecem o curso de Serviço Social, sendo uma instituição pública e 17 instituições privadas (INEP/MEC, 2016).

Com base nesses dados, fica nítido que a maior parte dos graduados em serviço social teve uma formação no âmbito privado de ensino, o que questiona o tipo de formação que esse profissional está inserido. Percebe-se, portanto, uma formação voltada para a lógica mercantilista e que se adéqua aos ditames do capital. Nesse sentido, torna-se contraditório que tantos profissionais de serviço social, ou seja, profissionais que lutam por direitos e políticas sociais, como a educação, estejam em

sua grande maioria sendo formados dentro dessa lógica. Vale ressaltar que culpabilizar esses estudantes não é o objetivo proposto, mas sim problematizar o contexto de desmonte de direitos sociais como a educação e a formação profissional inserida dentro dele.

CAPÍTULO 2- ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E SUA CENTRALIDADE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No contexto do capitalismo vigente, a precarização do ensino superior reflete sobremaneira na Política de Educação e consequentemente no curso de Serviço Social e no processo de supervisão de estágio.

Para analisar a profissão como parte das transformações históricas da sociedade presente, é necessário transpor o universo estritamente profissional, isto é, romper com uma visão endógena da profissão, prisioneira em seus muros internos. E buscar entender como essas transformações atingem o conteúdo e direcionamento da própria atividade profissional; as condições e relações de trabalho nas quais se realiza; como afetam as atribuições, competências e requisitos da formação do assistente social (IAMAMOTO, 2006, pg. 7).

Portanto, é necessário compreender a centralidade do estágio supervisionado na formação profissional de assistentes sociais e como se dá esse processo no cotidiano da supervisão.

2.1- Definição de Estágio no Brasil

O estágio no Brasil é definido pela Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 “como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso” (BRASIL, 2008).

A referida Lei, conhecida como Lei do Estágio, traz alguns avanços se comparada à antiga, de nº 6494 de 7 de dezembro de 1977 (BRASIL, 1977), hoje revogada. Como exemplo, podemos destacar a jornada de atividades do estudante. A antiga Lei não definia uma carga horária para o estudante realizar suas atividades, o que poderia sobrecarregá-lo e tornar o estagiário uma mão de obra barata. A nova Lei, portanto, define que a carga horária dos estudantes não pode ultrapassar 4h diárias (20 horas semanais) para alunos da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos. Já para os alunos do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular, a jornada de atividades não pode ultrapassar 6h diárias (30 horas semanais). Vale ressaltar que essas mudanças trouxeram avanços no que diz respeito ao estágio, mas ainda assim, há a dificuldade de ela se materializar, não deixando fora da discussão que o estagiário ainda pode ser posicionado no processo de estágio como uma mão de obra barata.

A Lei 11.788/2008 define algumas obrigações tanto para a instituição de ensino como para a instituição concedente de campo de estágio. Entre as obrigações da instituição de ensino estão “a análise das condições das instalações da instituição, o processo de avaliação, a definição do supervisor acadêmico” (CFESS, 2013, p.10). E para as instituições concedentes:

[...] além de oferecer condições físicas adequadas ao processo de aprendizagem, as instituições concedentes têm, conforme estabelecido na lei, obrigação de definir o/a profissional da mesma área de formação do/a estagiário/a para a supervisão (CFESS, 2013, p.10).

Vale ressaltar que:

[...] o estágio está legitimado na Lei nº 11.788/2008, a Lei do Estágio e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 (LDB), em dois princípios: a) o princípio da autonomia universitária, que atribui a responsabilidade de normatização para as Instituições de Ensino Superior; b) o princípio regulatório da relação entre o estágio supervisionado e o mercado de trabalho, o qual estabelece que estágio supervisionado não caracteriza vínculo empregatício (LEWGOY, 2016, p. 128).

De acordo com Ortiz (2016), antes mesmo de o estágio ser definido legalmente pela Lei do Estágio como um ato educativo escolar supervisionado, o serviço social já se certificava dessa necessidade.

Além da importância da supervisão de estágio ser realizada por assistente social ter sido reafirmada na Lei 8662/93, [...] quando se tornou atribuição privativa desse profissional, também o foi apontada como competência profissional nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (ORTIZ, 2016, p. 207).

Ou seja, o serviço social reconhece a importância e o papel do estágio para a formação profissional do estudante, bem como a importância de que a supervisão de campo seja feita por um profissional da mesma área do estudante, antes mesmo da Lei 11.788/2008 ser aprovada. Isso demonstra o engajamento da categoria em prol da formação profissional.

2.2 - O Estágio Supervisionado em Serviço Social

Em 1996 foi aprovada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. As Diretrizes Curriculares– DC (ABEPSS, 1996), construídas coletivamente pela categoria profissional, indicam pressupostos, princípios e diretrizes para nortear o projeto pedagógico do curso nas unidades de formação (CFESS, 2013).

Essas diretrizes trazem o norte para os cursos de serviço social, numa perspectiva atual e demonstrando o interesse e engajamento da categoria pela formação profissional. As DC foram o primeiro norte em se tratando de estágio supervisionado em Serviço Social e o definem como:

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABEPSS, 1996, p. 19)

Essa definição destaca a Lei de Regulamentação da Profissão Lei 8.662/83 (BRASIL, 1993) e o Código de Ética profissional (CFESS, 2012), também de 1993, como referenciais para o estágio supervisionado.

A Lei 8.662/93 em seu artigo 5º aborda a supervisão como atribuição privativa do Assistente Social. E no artigo 14º: “somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social” (CFESS, 2012, p. 52).

O Código de Ética traz em seu artigo 4º algumas vedações para o Assistente Social, dentre elas: “permitir ou exercer a supervisão de aluno/a de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao/a aluno/a estagiário/a” (CFESS, 2012, p 28).

Este é um dos requisitos fundamentais para o aluno inserir-se em um campo de estágio, e também de extrema importância para que haja coerência com sua formação profissional, para que o aluno tenha um referencial de atuação profissional cotidiana para adquirir todo o aprendizado que o estágio oferece, dialogando o saber da academia com as demandas da realidade.

Tanto o Código de Ética como a Lei de Regulamentação da profissão abordam considerações importantes para a supervisão de estágio que posteriormente foram definidas pelas DC (ABEPSS, 1996). Até então, esse era o referencial legal a respeito do estágio supervisionado em Serviço Social. Mas ainda assim, existia uma inquietação e insegurança sobre a supervisão de estágio, visto que o cotidiano dos campos de estágio e as demandas postas são complexas, e, principalmente, diante da precarização do trabalho e ensino.

A partir das fiscalizações realizadas no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS de todo o País, o conjunto CFESS-CRESS, identificou diversas questões e irregularidades quanto à supervisão de estágio e observou-se a necessidade de regulamentá-la, o que foi um avanço significativo para a formação profissional (CFESS, 2013, p. 19). O CFESS foi o responsável por essa demanda e instituiu a Resolução Nº 533 de 2008 (CFESS, 2008), que regulamenta a supervisão direta de estágio, definindo e orientando questões como a abertura de vagas de estágio, e condições mínimas para realizar a supervisão.

No ano de 2009 se inicia – por meio da ABEPSS e entidades representativas do Serviço Social, como a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

(ENESSO) e o conjunto CFESS/CRESS – uma discussão a respeito de uma Política Nacional de Estágio para o Serviço Social. No referido ano, foi elaborado um documento base que permitiu intenso debate, tornando-o um momento que mobilizou todo o país (ABEPSS, 2010). O documento serviu de base para a versão final da Política Nacional de Estágio da ABEPSS que:

[...] nasceu de uma necessidade concreta que foi o irrefutável enfrentamento da precarização do ensino superior e da reforma universitária. Além disso, originou-se a partir de um Plano de Lutas Nacional construído coletivamente pelas entidades representativas do Serviço Social (ORTIZ, 2014, p.208).

A PNE representa um grande avanço para a qualidade da formação profissional em Serviço Social e enfrentamento das condições precárias do ensino superior no Brasil.

A partir desse panorama podemos perceber que o Serviço Social está engajado no que diz respeito às normativas sobre o estágio supervisionado, deixando disponível e bem orientado o caminho que se deve percorrer nesse processo de formação profissional. Porém ainda existe uma dificuldade de colocar em prática a efetivação dessas normativas no processo de supervisão por vários fatores que se apresentam como desafios para a categoria e que serão mencionados no capítulo seguinte.

2.2.1- O Estágio Supervisionado como Central na Formação Profissional

As DC são fundamentais no que se refere à fundamentação e direcionamento do curso de Serviço Social. Nesse sentido, são estabelecidos três núcleos de fundamentos que serão explicitados de acordo a ABEPSS (1996):

a) Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social: Trata o ser social como totalidade histórica. Nesse sentido, leva-se em consideração a constituição do ser social e seus componentes fundamentais explicitados nos dois outros núcleos. É o responsável por fazer dialogarem as teorias e fundamentos sociais para compreendê-las de forma crítica.

b) Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira: refere-se ao conhecimento da estrutura econômica, social, política e cultural do Brasil, considerando a diversidade regional da sociedade brasileira. Esse núcleo se

direciona para compreender os movimentos da sociedade e as consolidações de padrões como o capitalismo e seus rebatimentos na sociedade brasileira. É o núcleo que relaciona Estado e sociedade.

c) Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional: compreende a profissionalização do serviço social como especialização do trabalho e um processo de trabalho que tem como objeto a questão social. Leva em consideração a histórica da sociedade e suas transformações como um solo para se pensar o agir profissional.

O estágio supervisionado em serviço social se insere dentro do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional por ser o momento em que o aluno se depara com o cotidiano profissional e precisa fazer as mediações necessárias para o agir profissional em conjunto com seus supervisores.

O reconhecimento do caráter interventivo do assistente social, supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades sócio-institucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional (ABEPSS, 1996, p. 13).

Nesse sentido, podemos destacar alguns princípios estabelecidos pela Política Nacional de Estágio que norteiam a formação profissional e são fundamentais para que haja essa capacitação crítico-analítica que o fundamento do trabalho profissional exige.

O primeiro princípio a ser destacado se refere à indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que deve ser assegurado no processo de estágio (ABEPSS, 2010). Importa frisar o que significa cada uma dessas dimensões a partir de Lewgoy (2009):

a) Dimensão teórico-metodológica: consolida-se na interação entre história, teoria e método, tendo a apreensão da realidade em seu movimento dialético como essencial, tendo a teoria crítica como fundamento.

b) Dimensão ético-política: refere-se ao empreendimento do pensamento crítico para embasar, definir e refletir a ação profissional, tendo como referências o Código de Ética profissional, a Lei que regulamenta a profissão, as Diretrizes Curriculares e os princípios do projeto ético político profissional.

c) Dimensão técnico-operativa: refere-se à capacidade que a profissão tem de responder as exigências das instituições, da sociedade e da própria profissão. Ou seja, refere-se à instrumentalidade.

A indissociabilidade entre essas três dimensões são indispensáveis no que diz respeito ao estágio supervisionado. Pois, a partir dessa dialética entre as dimensões, o aluno consegue adquirir uma capacidade crítica de totalidade, compreendendo todo o movimento da sociedade e dialogando com as demandas apresentadas.

O segundo princípio a ser destacado refere-se à articulação entre formação e exercício profissional que possibilita a articulação entre assistentes sociais, professores e estudantes no sentido de analisar e investigar demandas e desafios do cotidiano, além de instigar a reflexão e o debate (ABEPSS, 2010).

Esse princípio torna-se uma ponte para o terceiro princípio a ser destacado que pressupõe a indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e de campo no sentido de se estabelecer uma ação conjunta entre os supervisores e o aluno, no processo de acompanhamento e avaliação, visando o desenvolvimento da capacidade do aluno de intervir na realidade posta (ABEPSS, 2010). É através do estágio supervisionado que se proporciona a aproximação entre academia e campos de estágio (GUERRA, 2016). Ou seja, a supervisão do estagiário é feita tanto pelo supervisor de campo como pelo supervisor acadêmico, cabendo a cada um deles desenvolver sua função com o aluno, buscando um objetivo comum que é a formação profissional deste.

O quarto e último princípio a ser destacado diz respeito à unidade entre teoria e prática “na medida em que o estágio, como atividade acadêmica, a evidencia como processo dialético entre dimensões que não se equalizam, mas são indissociáveis” (ABEPSS, 2010, p. 13). A não compreensão desse princípio tanto pelos supervisores como pelo aluno pode levar ao questionamento falacioso de que “na prática a teoria é outra”⁷. SANTOS (2013), explica que essa afirmação pode ser compreendida como uma redução da teoria em algo que se restrinja a se enquadrar na prática e esta se torna apenas a utilização de instrumentos para o agir profissional. Nesse sentido, a unidade entre teoria e prática deve permear toda a formação e exercício profissional.

A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos

⁷ Termo problematizado por Claudia Monica dos Santos.

produtos da ação prática dos homens, assim, não há como na prática a teoria ser outra. Essa posição só é verdadeira se se considerar por teoria algo pronto, acabado, que se ajusta a uma prática. Aqui a teoria é constante movimento, movimento que acompanha a prática e pode contribuir com ela (SANTOS, 2013, p. 28).

A compreensão da unidade entre teoria e prática é fundamental no processo de estágio e formação profissional. Considero esse princípio de suma importância para um agir profissional pautado em fundamentos históricos e críticos a respeito da realidade posta e, assim, atuar considerando o papel da profissão de serviço social e não caindo na falácia de que “na prática a teoria é outra” e agir de forma caritativa e pontual com os usuários, sem levar em conta a totalidade.

A supervisão de estágio em Serviço Social pode ser caracterizada como:

[...] um processo complexo, que supõe apreensão da realidade concreta da sociedade, da formação da universidade, do campo, do acadêmico e do processo de ensino-aprendizagem. Desse ponto de vista, é um espaço de ensino-aprendizagem, momento de vivenciar a reflexão, o questionamento e de incorporar a teoria numa dimensão pedagógica; é um espaço do qual supervisor e supervisionado se beneficiam por experienciarem um ambiente educacional por excelência (Lewgoy, 2009, p.134).

Contudo, o estágio supervisionado em Serviço Social tem a potencialidade de ser um ambiente de apreensão da totalidade social em que o profissional de Serviço Social intervém a partir da supervisão de ambos os supervisores, intermediando teoria e realidade.

CAPÍTULO 3 – PRINCIPAIS DESAFIOS QUE PERPASSAM O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo será exposta uma análise dos principais desafios que o estágio supervisionado enfrenta para se efetivar de acordo com suas normativas, encontrados na análise bibliográfica realizada dentro da literatura do Serviço Social, no período de 2014 a 2016. Os principais desafios foram intitulados por tópicos. Posteriormente, serão apresentadas estratégias para o enfrentamento dos desafios encontrados.

3.1 Principais desafios encontrados

● Sobrecarga e Precarização do Trabalho

Como vimos no primeiro capítulo, o trabalho é central ao ser humano, mas com as transformações da sociedade e com o advento do capitalismo, o trabalho passa a ser um mero contrato de troca e venda. Diante da reestruturação produtiva, o trabalho se torna cada vez mais precarizado, visando à manutenção do sistema. O Serviço Social está inserido nesse contexto de precarização do trabalho, o que tem dificultado a supervisão de estágio. Vejamos:

[...] a realidade de trabalho do assistente social é marcada por baixos salários, condições e relações de trabalho lastimáveis, desmotivando-o, e reduzindo a sua já relativa autonomia. [...] isso traz alguns rebatimentos para o estágio, à medida os professores e os assistentes sociais de campo são confrontados com uma realidade de trabalho precária, marcada pela rotatividade, contratos temporários, terceirizados, subempregados, comprometendo a supervisão (PEREIRA, 2016, p. 66)

Esse contexto de trabalho precarizado interfere negativamente na supervisão de estágio, sem contar que o próprio estagiário se depara com essas condições de trabalho já no primeiro contato com o cotidiano da profissão, o que também pode levar à desmotivação deste. Além disso, a sobrecarga de trabalho é um fator que interfere sobremaneira na supervisão.

A sobrecarga de trabalho para ambos os supervisores impactam sobre a qualidade do processo de supervisão, tendo em vista que, assoberbados de tarefas, os assistentes sociais supervisores têm muita dificuldade de se dedicarem à supervisão de estágio e à capacitação permanente em si. Dentro desse campo macrosocietário, situam-se também as universidades, tanto privadas como públicas, que vivenciam cotidianos de muito desgaste físico e excesso de trabalho para seus docentes (ORTIZ, 2014, p. 213).

Torna-se cada vez mais difícil compreender e efetivar o estágio supervisionado como um processo de formação num contexto em que não se encontra tempo para supervisionar o aluno e debater as questões pertinentes de cada demanda apresentada. Diante da precarização e sobrecarga de trabalho, o assistente social pode vir a atuar de maneira superficial e imediata, repassando isso ao aluno estagiário

que ele acompanha. Oliveira e Araújo (2016) apontam a dificuldade da supervisão de estágio num contexto de sobrecarga de trabalho em que:

[...] a partir da experiência do estágio, percebeu-se que um dos maiores desafios do assistente social é não se deixar levar pela imediatividade dos fatos, para que assim não haja a repetição automática do atendimento aos usuários. Logo, torna-se necessário desvendar o aparente/cotidiano e buscar os fundamentos. Entretanto, como a assistente social da instituição de saúde mental é obrigada pelo Ministério Público a atender a 40 usuárias de uma unidade de internamento por semana, além de fazer plantões na emergência, na maioria dos casos, o seu fazer profissional pode recair na imediatividade (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2016, p. 9).

A partir desse relato fica evidente que a sobrecarga de trabalho de um assistente social sufoca o momento de análise e reflexão de cada demanda apresentada, reflexão esta essencial para o agir profissional. Como consequência, não sobra tempo para o profissional sentar com o estagiário e fazer a supervisão entrelaçando aspectos teóricos debatidos na academia com a realidade daquele cotidiano.

Santos, Gomes e Lopes (2015) apontam que uma das dificuldades que o supervisor de campo encontra é de sistematizar a supervisão, não encontrando espaço pré determinado em sua agenda para o debate e reflexão das demandas apresentadas, o que também leva a outro desafio relacionado a não identificação, por parte dos seus empregadores, de que a supervisão de estágio é atribuição privativa do assistente social e portanto deve constar como parte do trabalho do assistente social (SANTOS, GOMES, LOPES, 2015).

Perde-se o momento da reflexão crítica, que é de suma importância. Isso traz um forte dilema ainda vivenciado, o de que “na prática, a teoria é outra”, explicitado no capítulo anterior. Essa falácia é muito recorrente nos campos de estágio. É o que Silva e Neto (2016) apontam:

Partindo do pressuposto de que o Estágio supervisionado compõe parte intrínseca e tem valor central no processo formativo, a precarização do trabalho faz com que hoje os profissionais de Serviço Social percam de vista a importância em articular as outras dimensões da formação ao Estágio supervisionado. Isso se dá, pois, os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social demandam atualmente cada vez mais respostas quantitativas, produtivistas e de

resultados imediatistas, o que tendencialmente atropela o cotidiano profissional, levando muitos Assistentes Sociais ao velho dilema de “na prática à teoria é outra” (SILVA e NETO, 2016, p. 9).

Dessa forma, o assistente social inserido no contexto caótico da sobrecarga de trabalho, se vê pressionado a conseguir respostas rápidas a tantas demandas e, por não conseguir, cai na falácia de que “na prática a teoria é outra”, pois não encontra uma fórmula teórica para aplicar na prática. Mas, como já vimos no capítulo anterior, a teoria vem para subsidiar a compreensão de um objeto. Ou seja, a prática cotidiana do assistente social está em movimento e todo o arcabouço teórico precisa ser resgatado para conseguir intervir de forma crítica numa perspectiva de totalidade com o usuário. Por isso a importância de uma formação profissional que faça a interlocução da teoria e da prática, principalmente através das disciplinas de estágio supervisionado.

De acordo com Hillesheim (2016) os principais desafios que perpassam o processo de estágio supervisionado partem da lógica que atende aos interesses do capital no lugar da formação pedagógica do aluno, o que traz diversas consequências para o estágio.

A substituição de profissionais por estagiários, as relações clientelistas entre instituições de ensino e campos de estágio para que sejam garantidos os espaços para a sua realização, as condições precárias de trabalho dos supervisores (acadêmico e de campo), a concepção de estágio como mera prestação de serviços, a dominância do caráter técnico em detrimento da necessária articulação desse caráter com as dimensões teórico-metodológica e ético-política nas práticas de estágio, o estágio como estratégia de sobrevivência de estudantes e como possibilidade de permanência na academia, entre outros tantos problemas, revelam como o tema atravessa a realidade da formação profissional em Serviço Social (mas não só) e precisa permanecer na pauta de lutas da categoria (HILLESHEIM, 2016, p.164).

Todos esses entraves perpassam o processo de estágio supervisionado e revelam uma lógica perversa em que expressões cotidianas das desigualdades capitalistas se tornam nítidas com os próprios profissionais e estagiários.

Vale ressaltar que, em 2006, o CFESS publicou a Resolução 496/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do trabalho do assistente social (CFESS, 2006), tendo como requisitos para o exercício profissional o sigilo, espaço adequado para o atendimento com o usuário, dentre outros. O cumprimento dessa Resolução

nos campos de atuação profissional é de suma importância para se constituir um espaço adequado para a supervisão de estágio, mas principalmente para se ter um ambiente de trabalho capaz de atender aos usuários, priorizando o bem-estar destes e dos próprios profissionais.

De fato, o processo de estágio é um tema que precisa ser cotidianamente debatido, com vistas a dialogar estratégias de enfrentamento diante da lógica em que vivemos. Portanto, considero a precarização e sobrecarga de trabalho como a principal violadora do processo de estágio. E dentro do desafio da precarização do trabalho estão outros diversos desafios consequentes.

● **Falta de compreensão das devidas atribuições e responsabilidades**

A falta de entendimento quanto às atribuições dos sujeitos envolvidos no processo de estágio foi um dos entraves encontrados para que a supervisão se desse de forma efetiva. De acordo com o relatório da ABEPSS Itinerante de 2014, publicado na Revista Temporalis em 2016, alguns desafios com relação às atribuições dos sujeitos são expostos:

[...] falta de apropriação das responsabilidades e competências de cada sujeito envolvido no estágio supervisionado, a destacar, discentes, docentes, supervisores e supervisoras de campo, acadêmicos, coordenação de estágio e coordenação de curso. Decorre desse fato, entre outros termos que foram destacados, a falta de articulação entre as UFAs e os campos de estágios, em torno do protagonismo de cada entidade do conjunto CFESS, CRESS ABEPSS e ENESSO, no processo de fiscalização, denúncia, implementação e avaliação do estágio supervisionado no Serviço Social (TEIXEIRA, AQUINO, GURGEL, 2016, p. 411-12).

A falta de compreensão das atribuições e responsabilidades faz com que a supervisão se torne rasa e superficial. Cada sujeito envolvido no processo de estágio tem suas funções estabelecidas e cada uma precisa ser cumprida para que haja um processo efetivo de supervisão. Quanto às atribuições dos supervisores, aluno e coordenação de estágio, a PNE é específica em tratar de cada uma delas. O relatório da ABEPSS traz ainda a forma como a supervisão é desenvolvida:

Não obstante, segundo o que foi apresentado nas oficinas, muitas vezes a supervisão de campo se confunde com a apresentação de rotinas e tarefas desenvolvidas pelos estagiários ou pelas estagiárias,

com a mediação do cotidiano profissional da supervisora ou do supervisor de campo, em resposta às particularidades das expressões da questão social daquele espaço socioinstitucional particular. A supervisão de campo se restringe muitas vezes à orientação sobre o que faz o supervisor ou a supervisora de campo (TEIXEIRA, AQUINO, GURGEL, 2016, p. 410-11).

A falta de concepção das devidas responsabilidades pode ter como consequência uma supervisão pautada no imediatismo do cotidiano e apenas como uma repetição de tarefas desenvolvidas pelo supervisor de campo e dialogada em sala de aula com o supervisor acadêmico. Vale ressaltar que o processo de estágio supervisionado é uma disciplina obrigatória e precisa ser realizada de modo que cada sujeito envolvido desenvolva suas potencialidades com o aluno, visando sua formação e aprendizado. A falta de entendimento quanto às responsabilidades também interfere na condução da supervisão como uma disciplina. É o que Ortiz (2014) demonstra:

Outro aspecto importante refere-se à condução cotidiana da disciplina de Estágio por parte dos supervisores de campo e acadêmico, pois nem sempre fica claro para eles o que é necessário tratar. Muitas vezes, observamos que a disciplina fica restrita ao tratamento da política social presente na área do estágio ou ao treinamento dos instrumentos e técnicas. Ou, no pior cenário, restringe-se ao momento de lamentações por parte dos estudantes. Em todos os casos, perde-se a oportunidade de fazer da disciplina de Estágio um momento ímpar para que os alunos estagiários possam relacionar teoricamente as situações vivenciadas no cotidiano institucional com a totalidade social. Quando isso ocorre, tende-se a esvaziar, do ponto de vista acadêmico, o processo de supervisão acadêmica e de campo (ORTIZ, 2014, p. 217).

Portanto, nesse cenário, desperdiça-se o potencial que a disciplina tem de integrar a realidade dos campos de estágio com todo o conhecimento adquirido até então na graduação. Desperdiça-se o diálogo com os outros alunos quanto às potenciais estratégias de enfrentamento de cada demanda debatida em sala de aula. O processo de estágio não pode ser confundido como o momento de aprender a prática do Serviço Social apenas, mas precisa ser visto e vivenciado como um momento de mergulhar no cotidiano do profissional de Serviço Social com todo o aparato teórico apreendido na academia. Com isso, pode ser mais uma vez reforçada a falaciosa ideia de que “na prática, a teoria é outra”, pois, se a supervisão de campo se torna como o momento da prática do Serviço Social e repetição de tarefas

realizadas pelo profissional e a supervisão acadêmica como o momento da teoria, torna-se dicotômica a relação entre teoria e prática, ferindo, portanto, um dos princípios norteadores estabelecidos na PNE.

O estágio, portanto, tem o potencial de ser um instrumento de formação da análise crítica, interventiva, investigativa e propositiva (ABEPS, 2010).

- **Abertura de vagas de estágio**

O relatório da ABEPSS Itinerante também trouxe como desafio a abertura de vagas de estágio, principalmente num contexto de expansão dos cursos de serviço social:

Em tempos de mercantilização do ensino superior foi, predominante nas oficinas, o destaque para as dificuldades de abertura de vagas de estágio. Não apenas em função da ofensiva do ensino a distância em nossa área de formação, mas, também, devido à exigência de contrapartida financeira e/ou material de algumas unidades concedentes de campos de estágio para inserção dos discentes (TEIXEIRA, AQUINO, GURGEL, 2016, p. 410).

Com relação à contrapartida que as instituições exigem para a abertura de vagas de estágio, Ortiz (2014) expõe que essas exigências podem ser tanto um curso de capacitação para os profissionais da instituição quanto a aquisição de materiais. A referida autora ainda revela mais desafios que envolvem o processo de abertura de vagas de estágio:

Decorrente desse processo, observa-se a pulverização das vagas pelos variados campos de estágio, o que traz ainda mais dificuldades no nível da gestão acadêmica, visto que a existência de muitos campos tende a complexificar as relações institucionais quanto à realização de inúmeros convênios, do trâmite de documentos e procedimentos burocráticos. Além disso, do ponto de vista didático-pedagógico, a pulverização das vagas ocasiona também dificuldades quanto ao acompanhamento por parte do docente supervisor acadêmico em face dos inúmeros campos de estágio, multiplicando a quantidade de visitas institucionais, contatos, reuniões etc (ORTIZ, 2014, p. 215).

Nesse sentido, a supervisão sistemática tem sua efetividade dificultada, tendo em vista o crescente número de alunos à procura de estágio e convênios precisando

ser estabelecidos. Vale ressaltar que o acompanhamento do campo de estágio é atribuição do supervisor acadêmico:

O estreitamento desse acompanhamento deve ocorrer por meio de visitas de campo, a serem realizadas, sistematicamente, com objetivo de aproximar supervisores acadêmicos da realidade vivenciada pelo estudante no campo de estágio, bem como para viabilizar a elaboração de estratégias conjuntas entre supervisores de campo e acadêmico para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizado (ABEPSS, 2010, p.34).

Tendo em vista essa atribuição dos supervisores, fica cada vez mais difícil a supervisão sistemática entre os sujeitos envolvidos, o que não condiz com o princípio de indissociabilidade entre supervisores e alunos (ABEPSS, 2010) com vistas a articular a supervisão de campo e acadêmica em prol do desenvolvimento do aluno estagiário. Portanto, é preciso levar em consideração como dar-se-á a supervisão, tanto acadêmica quanto de campo, com a abertura de cada vaga de estágio. É importante considerar se estará em conformidade com as normativas para que a supervisão não seja desarticulada.

Outro desafio encontrado no que se refere à abertura de vagas foi o de que:

Têm sido frequentes as denúncias – no âmbito dos Conselhos Regionais de Serviço Social, em todo Brasil, e das regionais da ABEPSS – sobre fraudes e assédio moral contra profissionais da área de Serviço Social suscitadas pela disputa entre unidades de formação (em sua maioria privadas e de cursos na modalidade do ensino a distância) por espaços profissionais para a realização dos processos de estágio na área. Junto a isso há também outras questões adicionais, tais como: problemas relacionados à carga horária mínima em atividade de campo, que possui uma proporcionalidade percentual à carga horária total do curso de acordo com as Diretrizes Curriculares; quantidade excessiva de aluno por supervisor de campo e de ensino; qualidade e direção social empregada nesses processos de estágio, além de outras questões específicas e relativas a cada unidade de formação e região do país (NICOLAU e SANTOS, 2016, p. 385).

Percebe-se a abertura de vagas como um grande desafio para a supervisão. Primeiramente por que sem a abertura de vagas, a supervisão não acontece e, quando de sua abertura, as condições para o desenvolvimento do estágio são

desafiadoras. Como, por exemplo, o número de alunos por supervisor, tanto de campo quanto acadêmico, o que novamente pode tornar a supervisão superficial e a formação profissional desses alunos insuficiente. Vale ressaltar que o número de alunos por supervisor não pode ultrapassar um estagiário para cada 10 horas semanais de trabalho, além de levar em consideração as particularidades de cada campo de estágio (CFESS, 2008).

A referida resolução também considera:

[...] que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (CFESS, 2008, p.2).

Portanto, é importante considerar como será realizada a supervisão de estágio antes da abertura de vagas, para que o processo de estágio seja realizado em conformidade com o estabelecido pelo CFESS (2008) e demais normativas, interligando a teoria e a prática, problematizando e debatendo – no campo e em sala de aula – as demandas apresentadas e alcançando estratégias para a garantia dos direitos dos usuários.

• **Distanciamento entre instituição de ensino e campos de estágio**

O distanciamento entre instituição de ensino e instituição concedente de campo de estágio também se caracteriza como um desafio a ser enfrentado no processo de estágio supervisionado.

O processo de supervisão deve ser de acompanhamento direto e sistematizado e realizado em concomitância com a supervisão de campo (assistente social do campo de estágio) e a supervisão acadêmica (assistente social-docente, responsável pela disciplina de supervisão acadêmica). No entanto, essa articulação tem se apresentado historicamente desafiante. É uma relação ainda marcada pelo distanciamento entre instituição de ensino e campo de estágio, entre supervisor/a de campo e acadêmico/a, e até mesmo pela

concepção de estágio e supervisão, ainda como secundários à formação e exercício profissional (CAPUTI, 2016, p.392).

O distanciamento entre as instituições traz consigo um distanciamento entre os supervisores acadêmico e de campo, ferindo assim o princípio da indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo e estagiário, estabelecido tanto nas DC (1996) como na PNE (2010). Mioto e Nogueira (2016) apontam que [...] “instaurou-se, em grande medida, um distanciamento entre o supervisor de campo e o supervisor acadêmico, entre instituições de estágio e instituições formadoras” (Mioto e Nogueira, 2016, p.310). Portanto:

[...] as demandas trazidas pelos supervisores de campo são de que há uma lacuna na formação profissional e que a universidade não vem construindo e cumprindo seu papel social no que se refere à questão do estágio supervisionado. E o supervisor acadêmico, como professor, enfrenta condições estruturais adversas para o acompanhamento efetivo dos campos de estágio, no sentido de garantir esta articulação mais do que necessária com os supervisores de campo (RAMOS e SANTOS, 2016, p. 294).

O princípio da indissociabilidade entre a supervisão de campo e acadêmica é fundamental para que supervisão aconteça de forma a garantir a articulação entre teoria e prática. Ou seja, mais uma vez retornamos à questão da teoria e da prática, muito falaciosa nos campos de atuação, o que requer intenso debate sobre a temática. As visitas ao campo de estágio realizadas pelo supervisor acadêmico são de suma importância para o debate do plano de estágio do aluno e para o alinhamento entre os supervisores e estagiário.

Souza (2016) também aponta dificuldades existentes quanto ao acompanhamento sistemático dos alunos pelos supervisores acadêmicos, além da debilitada articulação entre as instituições de campo e de ensino, o que também é pontuado por Santos, Gomes e Lopes (2016) quando trazem depoimentos de profissionais supervisoras tanto de campo como acadêmicas que relatam o distanciamento entre instituição de ensino e campos de estágio. Além disso, trazem relatos de desafios enfrentados por supervisores de campo e acadêmicos. Queixam-se de que a universidade está afastada da realidade dos campos de estágio, o que contribui para um pré-julgamento do profissional que está na ponta, sem levar em conta as condições de trabalho a que eles estão submetidos. “Ou seja, há uma

significativa ‘reclamação’ de que a formação profissional encontra-se afastada da realidade profissional do assistente social” (SANTOS, GOMES, LOPES, 2016, p. 229).

Desse modo, percebe-se a instituição de ensino em uma ponta e a instituição de campo de estágio em outra, com o aluno intermediando essas extremidades, o que causa desgaste e uma falta de sintonia no processo de supervisão. Este processo, portanto, é caracterizado a partir de Santos, Gomes e Lopes (2016) como um espaço de reflexão tanto política como técnico-operativa das demandas cotidianas, que proporciona a capacidade crítica, interventiva e propositiva do estagiário. Essa capacidade, porém, só será desenvolvida a partir de uma supervisão que se articule entre si, resgatando o arcabouço teórico com a vivência do cotidiano profissional.

3.2. Estratégias de Enfrentamento

A partir do levantamento dos principais desafios que atravessam o estágio supervisionado em Serviço Social, e principalmente diante de uma conjuntura de intensas transformações políticas que interferem na formação profissional, uma estratégia identificada como central para enfrentar os desafios do processo de estágio são os Fóruns de Supervisão de Estágio⁸, que, de acordo com a PNE (ABEPSS, 2010), têm como objetivo a interlocução de professores, assistentes sociais e estudantes para o debate crítico e político a respeito da temática de estágio. Vale ressaltar que:

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) explicitam a preocupação em garantir a construção de uma formação profissional que problematize as transformações societárias através de uma leitura crítica da realidade e da profissão [...] e aponta o estágio como momento privilegiado de vivência da profissão [...] (FERREIRA e CASTRO, 2016, p.173).

Nesse sentido, os Fóruns de Supervisão de Estágio se caracterizam por serem um espaço de debate e articulação entre a academia e os campos de estágio com o fim de construir estratégias de enfrentamento aos principais entraves desse processo. Os debates têm como objetivo desvelar o cotidiano da supervisão de estágio e o processo de formação profissional do aluno de serviço social, consolidando

⁸ Assim como Guiraldelli e Almeida (2016), utilizou-se o termo Fórum de Supervisão de Estágio no lugar de Fórum de Supervisores por considerar que este espaço de debate não se limita apenas a presença do supervisor, mas de todos os envolvidos no processo de estágio e de formação profissional.

estratégias para o fortalecimento da formação profissional com base no Projeto Ético Político do Serviço Social e no Código de Ética profissional.

Assim, os Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social podem ser considerados espaços estratégicos de organização, articulação e participação da categoria profissional de assistentes sociais e estudantes, com o objetivo de discussão de questões candentes relacionadas à dinâmica social contemporânea e que se refletem na profissão, tanto no que se refere ao âmbito formativo, quanto ao exercício profissional. Reconhecendo os avanços e maturação no campo político-organizativo do Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, a construção dos Fóruns de Supervisão emerge como demanda e necessidade da profissão de forma a contribuir para o debate da formação e do exercício profissional na dinâmica contraditória das relações sociais capitalistas (GUIRALDELLI e ALMEIDA, 2016, p. 396).

Considero o Fórum de Supervisão de Estágio um espaço primordial para a discussão do estágio como processo central para a formação profissional do aluno, bem como para a contínua formação do profissional de serviço social, no sentido de atualizá-los acerca da temática e das principais demandas postas em cada campo no que se refere a esse processo. Para Ferreira e Castro (2016), os Fóruns têm o potencial de fortalecer o exercício profissional, pois trazem questões relativas ao cotidiano da profissão.

Além disso, os Fóruns também permitem a superação de uma análise academicista do estágio, explicitando a necessidade de articulação e vínculo entre as universidades, os campos de estágio e as entidades político-representativas, num processo intermitente de ensino-aprendizagem e organicidade da categoria (GUIRALDELLI e ALMEIDA, 2016, p. 399).

Portanto, os Fóruns também têm o grande potencial de enfrentar o desafio de articular instituições de ensino e de campo, apresentando-se como espaço que promove a interlocução desses atores, além de possibilitar que eles compreendam o papel de cada sujeito e o cotidiano desafiador de cada um deles. Contudo, os Fóruns se materializam como espaço de luta por uma formação profissional de qualidade pautada nas normativas da profissão.

Outra importante iniciativa de enfrentamento estratégico se refere ao projeto ABEPSS Itinerante, que tem como objetivo justamente o de consolidar estratégias para garantir uma formação de qualidade em Serviço Social diante de um contexto de precarização do ensino superior e desmonte de políticas sociais.

Nesse contexto adverso e na certeza das adversas implicações à consolidação das Diretrizes Curriculares, a ABEPSS, em 2012, propôs a estratégia do projeto com formato de curso de aperfeiçoamento, executado com grande êxito pela gestão 2011-2012, alcançando todas as regiões do Brasil e articulando diversas unidades de formação, públicas e privadas, filiadas e não filiadas à ABEPSS (NICOLAU e SANTOS, 2016, p.385).

O projeto ⁹ se apresenta como uma ferramenta estratégica para o enfrentamento de desafios atuais do ensino superior, buscando consolidar os princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, e defendendo uma formação de qualidade. O projeto promove o engajamento da categoria em prol dos fundamentos do projeto ético político profissional.

Portanto, o engajamento das entidades representativas do Serviço Social em conjunto com as IES em buscar alternativas para o enfrentamento de situações que implicam na formação profissional do Serviço Social é de suma importância e se caracteriza como uma estratégia de enfrentamento aos desafios cotidianos impostos ao estágio supervisionado em Serviço Social.

⁹ <http://www.abepss.org.br/projeto-abepss-itinerante-18>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho trouxe para o debate os diversos desafios que perpassam o cotidiano da supervisão de estágio em Serviço Social, levando em consideração a importância do processo de estágio supervisionado e sua centralidade para a formação profissional em Serviço Social, principalmente diante de uma conjuntura caracterizada pela precarização do Trabalho e mercantilização da Educação no Brasil. Nesse cenário, foi realizado um levantamento dos principais desafios que perpassam o processo de supervisão de estágio no âmbito da formação profissional em Serviço Social no período dos anos de 2014 a 2016.

O estágio supervisionado caracteriza-se por ser central à formação profissional em Serviço Social e por ser um processo que dialoga todo aparato teórico apreendido durante o curso com as demandas apresentadas no cotidiano do trabalho profissional. Ele se constitui como um espaço não apenas do saber e fazer profissional, mas tem o potencial de capacitar o aluno a ter um olhar crítico sobre a complexidade das relações e questões sociais que deságuam no ambiente de trabalho do profissional, proporcionando a intervenção profissional nesse complexo.

A pesquisa trouxe como principais desafios que interferem na efetivação da supervisão de estágio em consonância com suas normativas: 1) a sobrecarga e precarização do trabalho; 2) a falta de compreensão das devidas atribuições e responsabilidades dos sujeitos envolvidos no processo de supervisão; e 3) desafios que se relacionam à abertura de vagas de estágio e o distanciamento entre instituição de ensino e campos de estágio. Dentro desses grandes tópicos, outros entraves se relacionavam à temática, ou seja, dentro de cada desafio apresentado nos tópicos, outros surgiam e foram apresentados como consequências destes.

No que diz respeito à precarização e sobrecarga de trabalho, foram encontradas: superficialidade da supervisão; dicotomia entre teoria e prática; falta de concepção por parte do empregador de que a supervisão é atribuição privativa do profissional e, portanto, parte da agenda profissional e substituição do profissional pelo estagiário como mão de obra barata.

Com relação à falta de compreensão das devidas atribuições e responsabilidades foram encontrados desafios no que se refere aos: superficialidade da supervisão; supervisão de campo como repetição de tarefas executadas pelo profissional; desperdício do potencial do processo de estágio supervisionado para a formação profissional e dicotomia entre teoria e prática.

Com relação à abertura de vagas de estágio foram encontrados os seguintes desafios: número excessivo de alunos por supervisores; dificuldade de unidade entre os supervisores e aluno e superficialidade da supervisão.

Quanto ao distanciamento entre instituição de ensino e campo de estágio, diversos desafios foram encontrados: dissociabilidade entre supervisores e aluno; dicotomia entre teoria e prática; e dificuldade de acompanhamento dos alunos pelo supervisor acadêmico.

Em suma, esses foram os principais desafios encontrados que tornam a supervisão de estágio distorcida de como ela deveria se efetivar. O que chama a atenção é a repetição de alguns entraves como a dicotomia entre teoria e prática e a superficialidade do processo de supervisão de estágio, o que traz uma necessidade de ampliar os olhares e debates a respeito desses desafios.

Portanto, a hipótese sustentada no presente trabalho com relação à negativa influência da precarização do ensino superior e do trabalho sobre o estágio supervisionado, e dentro de um contexto de expansão dos cursos de Serviço Social, se confirma e se torna nítida a partir dos desafios citados.

Os Fóruns de Supervisão de Estágio apresentaram-se como principal ferramenta de enfrentamento dos desafios encontrados, pois caracterizam-se como espaços de diálogo e troca de experiências com os sujeitos envolvidos nesse processo, além de contribuírem para a reafirmação do rumo que se pretende seguir, pautado no projeto ético-político da profissão. Além disso, é de suma importância que se perpetue o engajamento das entidades representativas do Serviço Social em prol da formação profissional.

Nesse sentido, considero de suma importância que haja debates nos Fóruns de Supervisão de Estágio sobre a indissociabilidade entre teoria e prática tanto na formação como na atuação profissional. A relação indissociável entre ambas pode contribuir de forma significativa para o processo de supervisão de estágio, no sentido deste se constituir como um espaço de aprendizagem e análise crítica do cotidiano para a intervenção profissional e não apenas como um espaço de repetição de tarefas. Portanto, os Fóruns de Supervisão de Estágio são espaços essenciais, no que se refere ao estágio, por serem ambientes em que teoria e prática se dialogam. Portanto, considera-se que os objetivos propostos no presente trabalho foram atingidos.

O projeto ABEPSS Itinerante, como parte de uma entidade representativa do Serviço Social, também se caracteriza como uma ferramenta de suma importância para enfrentar os diversos desafios encontrados no processo de estágio e formação profissional. Justamente por ter como principal objetivo dialogar estratégias de enfrentamento ao contexto de precarização do ensino superior e desafios da formação profissional em Serviço Social, alcançando os diversos sujeitos envolvidos nesse processo.

Conclui-se que o processo de supervisão de estágio tem sido realizado de forma superficial decorrente dos principais desafios encontrados, desperdiçando assim o potencial que o estágio supervisionado tem para a formação profissional no sentido de garantir a vivência do cotidiano profissional, compreender a complexidade das relações sociais e seu processo de intervenção, além de se constituir como espaço de ensino e aprendizagem, em que se forma o perfil profissional pretendido, a saber: crítico, propositivo, investigativo, proativo e interventivo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996.) Disponível em :
http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf

Acesso em 5 de Set. 2017.

_____. Política Nacional de Estágio. Brasília, 2010. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf Acesso em: 5 de Set. 2017.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e serviço social: fundamentos e história. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BENATTI, Lucimara Perpétua dos Santos. MUSTAFA, Patrícia Soraya. Privatização e precarização da política de educação superior no Brasil – impactos para a formação profissional em serviço social. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

BEZERRA, Mayara Simon. TEIXEIRA, Laís Vila Verde. *A Categoria Trabalho e sua Centralidade na Vida do Ser Social*. In: 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Olinda, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 5 de Set. 2017.

BRASIL. Ministério de Administração e Reforma do Estado; Presidência da República; Câmara da Reforma do Estado. Plano diretor da reforma do aparelho do estado. Brasília, DF, 1995. Disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf> Acesso em 21 Set. 2017.

_____. Lei n. 8.662 de 7 de Junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm Acesso em: 28. Out. 2017.

_____. Lei nº 6494 de 7 de dezembro de 1977. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6494.htm Acesso em: 5 de Set. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República. Brasília, 1996. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 23 Out. 2017.

_____. Lei n. 11.096 de 13 de Janeiro de 2005. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm Acesso em 5 de Set. 2017.

_____. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm Acesso em: 13 Set. 2017.

_____. INEP/MEC. Sinopses Estatísticas do INEP/MEC. 2016. Disponível em:

<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> Acesso em: 25. Out. 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. *Implicações da crise do capital na política de educação superior no Brasil no contexto atual*. In: FORTI Valeria. GUERRA, Yolanda. (Orgs). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

CAPUTI, Leslieane. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016.

CEOLIN, George Francisco; SILVA, Neimy Batista. Desafio da ABEPSS Itinerante na defesa da qualidade na formação em Serviço Social. Temporalis, Brasília, DF, ano 13, n. 25, p. 155-179, jan./jun. 2013.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na educação. GT de Educação. Junho de 2011.

_____. Meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão de estágio direta em Serviço Social. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/BROCHURACFE_SS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf Acesso em: 13 Set. 2017.

_____. Resolução nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. Disponível em: Acesso em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf 20 de Out. 2017.

_____. Resolução Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> Acesso em 21 de Set. 2017

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Educação Superior e Projeto de Formação Profissional. In: 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Olinda, 2016.

_____. Trabalho docente do assistente social nas federais: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico. 2017a. 467 f. il. Tese (Doutorado em Serviço Social)—Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:< <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23495>> Acesso em Set. 2017

_____. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 291-299, maio/ago. 2017b.

FERREIRA, Ana Maria. CASTRO, Marina Monteiro de Castro. *Fóruns de supervisão: fortalecimento da articulação entre universidade e campos de estágio*. In: FORTI Valeria. GUERRA, Yolanda. (Orgs). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2002.

GOIN, Mariléia. O processo contraditório da educação no contexto do MERCOSUL: uma análise a partir dos planos educacionais. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91413/260714.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 5 de Set. 2017.

GUERRA, Yolanda. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. "Capacitação em Serviço Social e Política Social" CFESS/ABEPSS- UNB, 2000 . Disponível em: <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf> Acesso em: 5 de Set. 2017

GUERRA, Yolanda. *O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o papel do profissional em disputa*. In: FORTI Valeria. GUERRA, Yolanda. (Orgs). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

GUIRALDELLI, Reginaldo. ALMEIDA, Janaina Loeffler de. A construção dos fóruns de supervisão de estágio em serviço social. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 395-402, out./dez.2016.

HILLESHEIM, Jaime. Estágio profissional e precarização do trabalho. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo, Cortez, 1982.

_____. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete. et al. (Org.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Cortez Editora. São Paulo. 2006.

LEWGOY, Alzira Maria Batista. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo, Cortez, 2009.

_____. *Os instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na defesa da qualidade profissional*. In: FORTI Valeria. GUERRA, Yolanda. (Orgs). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

MARX, Karl. O Capital: o processo de produção do capital. Livro I, vol. I e II. Rio de Janeiro: Editora Nova Cultura LTDA, 1996. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf Acesso em 5 de Set. 2017.

MIOTO, Regina Célia; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Formação profissional, estágio e supervisão: impasses e desafios persistentes. Revista Katálýsis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 309-311, out./dez. 2016.

NICOLAU, Maria Célia Correia. SANTOS, Tássia Rejane Monte. O estágio no processo da formação profissional em Serviço Social: dimensão socioeducativa e os desafios à contracorrente. Revista Katálýsis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 380-388, out./dez. 2016.

OLIVEIRA, Giulia Souza de. ARAÚJO, Andressa Pontes. Os desafios do estágio supervisionado em serviço social: relato de experiência. In: 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Olinda, 2016.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. A política Nacional de Estágio e a Supervisão Direta: Avanços e Desafios. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 203-219, jan./jun. 2014.

_____. *A supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social*. In: FORTI Valeria. GUERRA, Yolanda. (Orgs). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. 1997. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/CadernosMare/CADERNO01.pdf> Acesso em: 5 de Set. 2017.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Degradação do trabalho e políticas sociais “ativas” na ordem neoliberal: aproximações ao caso brasileiro. Ser Social, Brasília, v. 17, n. 37, p. 455-480, jul.-dez./2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22564/1/ARTIGO_DegradacaoTrabalhoPolitic as.pdf Acesso em: 5 de Set. 2017.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. Revista Katálýsis, Florianópolis, v. 12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009.

_____. *Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e impactos na formação profissional em serviço social*. In: FORTI Valeria. GUERRA, Yolanda. (Orgs). A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

QUEIROZ, Viviane de. Fundo de Financiamento Estudantil: uma nova versão do CREDUC. *Universidade e Sociedade* (Brasília), v. 55, p. 44-57, 2015.

RAMOS, Adriana e SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. Articulação entre supervisão de campo e acadêmica e serviço social. *Revista Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas do serviço social. 3. ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013.

SANTOS, Claudia Mônica dos. GOMES, Daniele Cristina Silva. LOPES, Ludmila Pacheco. *Supervisão de estágio em serviço social: desafios e estratégias para sua operacionalização*. In: FORTI Valeria. GUERRA, Yolanda. (Orgs). *A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

SILVA, Silvana Alves da; NETO, Francisco dos Santos. Precarização do trabalho e suas implicações no processo de estágio supervisionado em serviço social. In: 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Olinda, 2016.

SOUZA, Renata Lígia Rufino Neves de. *Formação profissional em serviço social e os desafios postos ao estágio supervisionado na cena contemporânea*. In: 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Olinda, 2016.

TEIXEIRA, Rodrigo. AQUINO, Isaura. GURGEL, Telma. Estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas. *Revista Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada. Silvia Cristina Yannoulas (coord.) — Brasília: Liber Livro, 2013.